

Miguel Cadilhe

Escrito para o jornal Público de 16 04 2011

Resgatar a honra e o futuro

A circunstância que o País atravessa é dolorosíssima, no corpo e na alma. Exige muita coragem. Exige que sejamos capazes de provocar mudanças que surpreendam os credores internacionais. Exige que façamos das fraquezas forças para vencer e inverter as causas que nos trouxeram até ao novíssimo ultimatum da União Europeia, a quem, na verdade, não podemos pedir solidariedade no erro quando errámos conscientemente, perdidamente, anos a fio. Quem erra nesta dimensão, tem de provar que se emenda arrependidamente. Precisamos de urgentes e duras medidas conjunturais. E de uma estratégia nua e crua de correcções estruturais. A restrição financeira em que caímos avassala e sobreleva tudo, subalterniza objectivos de política social e anula ou mesmo subverte os objectivos de política anti-cíclica....

A questão de honra...

Ao lidarmos com o resgate financeiro, jogamos com o bom-nome de todos nós, da diáspora também. Das duas uma. Ou resgatamos «em desonra», esmolando um perdão parcial do capital da dívida pública, interna e externa. Ou resgatamos «com honra», limpando a casa, resolvendo em família o que é motivo de vergonha, assumindo um esforço nacional partilhado por todos, demonstrando que somos gente honrada que cumpre o que deve e responde pelos imperdoáveis erros de alguns de nós...

Por mim, não tenho dúvidas. Precisamos de gestos dignos, que só a nossa história consente e de que o nosso futuro está cativo. E precisamos de perceber, nestes tempos de esmorecimento do sentido da responsabilidade, que a desonra de uma nação tem consequências terríveis, longas, profundas, tangíveis e intangíveis.

Quebrar e torcer...

Imaginemos uma barra de ferro que cresce para o céu. Temos de quebrar e eliminar o extremo da barra e temos de torcer a barra apontando-a para a terra. A barra é o rácio da «dívida pública em percentagem do PIB» (DP/PIB). Há uma outra barra, a do rácio da «dívida externa em percentagem do PIB», que muito depende daquela mas de que hoje não me ocupo.

Ou seja, por um lado, temos de cortar, de um só golpe, já, em 2011, uma fatia apreciável do rácio «DP/PIB» e puxá-lo assim para um nível inferior em dez ou doze ou quinze pontos percentuais. Isso requer medidas do tipo inédito e irrepetível, digamos que é uma pesada penitência que salva a honra do convento, trava o avanço da descrença e inicia o caminho da regeneração. Eis o primeiro ponto de honra.

E, por outro lado, temos de torcer, vergar, a fatídica tendência do rácio, que vem sendo ascendente e tem de passar a descendente, já em 2011, mantendo-se depois em queda pelo menos até atingirmos um nível apresentável. Eis o segundo ponto de honra.

O primeiro ponto de honra...

Muito a contragosto avanço com esta ideia, porque tenho defendido que os impostos são, em condições normais (que não as que vivemos), permissivos do despesismo. Precisamos de uma colecta de cobrança única, instantânea, toda ela consignada ao pagamento extraordinário de dívida pública, em 2011. Como? Sugeriria um imposto «*one shot*» sobre a «*net wealth*» privada. Isto é, uma tributação excepcional sobre todos os activos, líquidos de respectivos passivos, detidos por pessoas singulares e pessoas colectivas, qualquer que seja a natureza dos activos, com data-valor de 31 12 2010. Para o efeito, o conceito de «activos» careceria de melhor apuramento, porque há activos de reserva e fruição, activos não afectos à actividade produtiva, etc. De qualquer modo, tratar-se-ia de uma medida fiscal isolada, transversal ao património de toda a sociedade civil, destinada a socorrer uma deplorável situação da República que também é patrimonial – situação absolutamente condenável a todos os títulos, porém é o que é. Estimo que uma taxa fiscal de 3% a 4% seria bastante para permitir a mencionada redução de uma boa dezena, dezena e meia, de pontos do rácio «DP/PIB». Ao mesmo tempo, salvaguardaríamos isenções de base para os mais desfavorecidos, acautelaríamos eventuais faltas de liquidez dos contribuintes, evitaríamos duplas tributações. A receita iria directamente à dívida pública, não passaria pelo orçamento. Reporia respeito internacional e despertaria orgulho nacional. Chamar-lhe-ia o tributo de honra.

Para o mesmo fim, deveria funcionar a consignação de 100% das receitas de um programa plurianual de mobilização de activos do Estado, seja por venda, seja por privatização, seja por dação em pagamento.

O segundo ponto de honra...

Não soubemos conduzir o carro da despesa pública, agora precisamos de mostrar que sabemos travar a fundo e recuar. Porque é isso mesmo que está em causa. Precisamos de cortar «despesa pública primária» (exclui juros da dívida). Cortes anuais extensos, permanentes e

estruturais, quer dizer, cortes que não voltem atrás, que não sofram reconquistas. Em 2011, cortes a olho nu. E, depois, cortes nas raízes, graças às «REI», reformas estruturais importantes, do sector público, administrativo e empresarial. Cortar quanto? Nesta lógica, os cortes serão instrumentais. Farão serventia ao objectivo de um «excedente orçamental primário». Que, por sua vez, fará serventia ao objectivo de progressiva redução do rácio «DP/PIB», até nos recolocarmos dentro da regra europeia dos 60%, de onde nunca deveríamos ter saído. Feitas as contas, em função das circunstâncias actuais, precisamos de um «saldo primário» positivo da ordem dos 4% do PIB, para vigorar por muitos anos. Exigentíssimo.

É a matemática, essa implacável criatura, quem nos diz isto. Já em 1990 deixei dela bom registo, quando fiz relato de como cuidei da sustentabilidade das finanças públicas. E se tivessem seguido algumas das ideias que escrevi num livro de 2005, em que falava do sobrepeso do Estado e das péssimas afectações de recursos, provavelmente estaríamos hoje bem longe da tormenta da dívida que nos aflige.

A equidade...

Formulei as presentes ideias num grupo do Forum para a Competitividade, mas o presente artigo não compromete o Forum. O que proponho é um tratamento de choque conjugado com o reformismo estrutural do Estado, a irreversibilidade das mudanças e uma relativa defesa da equidade. A equidade vai inevitavelmente sofrer, mais uma razão para nos preocuparmos com a justa distribuição dos sacrifícios por todos, como não se cansa de avisar o Presidente da República. Temos o dever de ponderar as consequências sociais que advirão de coisas graves como profundos cortes da despesa pública; reconceituações e contenções do Estado social; aplicações generalizadas da regra utilizador-pagador; aumentos de tarifas de muitos serviços públicos que andam abaixo do custo; agravamentos de impostos ordinários sobre consumo, rendimento e património; efeitos ainda mais recessivos sobre o crescimento da economia; subida do desemprego; e várias outras decorrências dos programas de ajustamento que estão a ser preparados...